

# PAE - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

## BARRAGEM DIQUE PARACATU - CADERNO II DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ESTADUAL



DIRETORIA ESPECIAL DE REPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



DEZEMBRO/2021

**SUMÁRIO**

<b>1. APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
2.1. MOBILIZAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS .....	6
2.1.1. TÍTULO DA AÇÃO.....	6
2.1.2. TIPO DE AÇÃO.....	6
2.1.3. MEDIADORES DA AÇÃO.....	6
2.1.4. BENS PROTEGIDOS ASSOCIADOS À AÇÃO .....	6
2.1.5. PÚBLICO ENVOLVIDO NA AÇÃO.....	7
2.1.6. OBJETIVO DA AÇÃO .....	7
2.1.7. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO .....	7
2.1.8. LOCAL(IS) DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO .....	8
2.1.9. DESCRIÇÃO DA AÇÃO .....	8
2.1.10. CONTEÚDO E ARGUMENTAÇÃO .....	8
2.1.11. ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM .....	9
2.1.12. SUPORTES DE MEDIAÇÃO .....	9
2.1.13. REGISTRO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO....	10
2.1.14. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO .....	11
2.1.15. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA .....	11
2.1.16. IDENTIFICAÇÃO DE PARCEIROS .....	12
2.2. MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL .....	12
<b>3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
3.1. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS .....	13
3.2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL .....	16
<b>4. DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS ESTADUAIS .....</b>	<b>17</b>
<b>5. FICHA TÉCNICA .....</b>	<b>18</b>

OBJETO DE DOCUMENTAÇÃO	
DESIGNAÇÃO:	PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA - PAE PATRIMÔNIO CULTURAL
BARRAGEM:	DIQUE PARACATU
SITUAÇÃO ATUAL DA BARRAGEM:	NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA ACIONADO
CONCLUSÃO DO RELATÓRIO:	DEZEMBRO/2021
ELABORAÇÃO DO DOCUMENTAÇÃO	
PROFISSIONAL:	MARÍLIS MENDES P. DA COSTA LIMA
FUNÇÃO NO PROJETO:	COORDENADORA GERAL
FORMAÇÃO:	ARQUITETA E URBANISTA - CAU A39320-7
PROFISSIONAL:	BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO
FUNÇÃO NO PROJETO:	COORDENADORA - MATERIAL
FORMAÇÃO:	ARQUITETA E URBANISTA - CAU A69976-4
PROFISSIONAL:	CAROLINE CÉSARI DE OLIVEIRA
FUNÇÃO NO PROJETO:	COORDENADORA - IMATERIAL
FORMAÇÃO:	ANTROPÓLOGA E HISTORIADORA
PROFISSIONAL:	RAFAELA FONSECA DE OLIVEIRA
FUNÇÃO NO PROJETO:	PESQUISADORA
FORMAÇÃO:	ARQUEÓLOGA
PROFISSIONAL:	RAMON RAMOS PIMENTA
FUNÇÃO NO PROJETO:	PESQUISADOR
FORMAÇÃO:	ARQUITETO E URBANISTA - CAU A150576-9
PROFISSIONAL:	BERNARDO ALVES DE BRITO ANDRADE
FUNÇÃO NO PROJETO:	PESQUISADOR
FORMAÇÃO:	HISTORIADOR
PROFISSIONAL:	STEFANY HELENA DA SILVA
FUNÇÃO NO PROJETO:	ANALISTA DE GEOPROCESSAMENTO
FORMAÇÃO:	GEÓGRAFA
CONTRATANTE	
DESIGNAÇÃO:	VALE S.A.
CNPJ:	33.592.510/0001-54
ENDEREÇO:	PRAIA DE BOTAFOGO, 186, SALAS 701 A 1901, BOTAFOGO, RIO DE JANEIRO
DIRETORIA:	DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO FERROSOS E CARVÃO
OBJETO DO CONTRATO:	PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA - Nº DO CONTRATO: 5900088167
GESTOR:	WARLEY DE ALMEIDA DELGADO - ARQUEÓLOGO
CONTATO:	warley.delgado@vale.com
CONTRATADA	
DESIGNAÇÃO:	ESTILO NACIONAL LTDA
CNPJ:	06.992.587/0001-49
ENDEREÇO:	AV. AFONSO PENA, 3111/503, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	EDUARDO FELIPE ANDRADE ALVIM
FORMAÇÃO:	ARQUITETO E URBANISTA - CAU A38989-7
E-MAIL:	eduardo.alvim@estilonacional.com
RESPONSÁVEL TÉCNICA:	MARÍLIS MENDES PEREIRA DA COSTA LIMA
FORMAÇÃO:	ARQUITETA E URBANISTA - CAU A39320-7
E-MAIL:	marilis.lima@estilonacional.com

## 1. APRESENTAÇÃO

A Vale S.A. e a Estilo Nacional apresentam, no âmbito do projeto “Ações de Proteção do Patrimônio Cultural”, o **PAE - PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL** em interface com a mancha hipotética de inundação da **BARRAGEM DIQUE PARACATU DA MINA FAZENDÃO**.

O recorte espacial traz ações de planejamento e gerenciamento de riscos nos municípios interceptados pela mancha hipotética de inundação apresentada no estudo de *dam break*, distribuídos na tabela a seguir, de acordo com as áreas de ZAS - Zona de Autossalvamento e ZSS - Zona de Segurança Secundária<sup>1</sup>.

**TABELA 1: LISTA DOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIOS EM ÁREAS DE ZAS E ZSS. FONTE: VALE S.A.**

LISTA DOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIO EM ÁREAS DE ZAS E ZSS	
ESTRUTURA: DIQUE PARACATU - NÍVEL 1 DE EMERGÊNCIA ACIONADO	
MUNICÍPIOS NA ZAS	MUNICÍPIOS NA ZSS
CATAS ALTAS	-

O Dique Paracatu, da Mina Fazendão, está localizado no município de Catas Altas/MG. Com relação à classificação da barragem quanto ao risco de rompimento, o Dique Paracatu encontra-se com nível 1 de emergência acionado. Este dique vem apresentando Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) negativa desde 2019, o que significa que não houve melhora nas suas condições de estabilidade desde o acionamento da emergência.

A mancha hipotética de inundação do Dique Paracatu possui cerca de 1.200 metros de extensão e atravessa a Estrada de Ferro Vitória-Minas. Após a ferrovia, a mancha tangencia a localidade de Morro D'água Quente, atingindo alguns fundos de quintais e findando próximo à Barragem Mosquito.

Este documento foi elaborado para atendimento à Lei Ordinária nº 23.291/2019<sup>2</sup>, que institui a política estadual de segurança de barragens, ao Decreto nº 48.078/2020<sup>3</sup>, que regulamenta os

<sup>1</sup> Conforme a Portaria n. 70.389 de 17 de maio de 2017, que cria o Cadastro Nacional de Barragens de Mineração, temos as seguintes definições: ZAS - Zona de Autossalvamento: região do vale à jusante da barragem em que se considera que os avisos de alerta à população são da responsabilidade do empreendedor, por não haver tempo suficiente para uma intervenção das autoridades competentes em situações de emergência, devendo-se adotar a maior das seguintes distâncias para a sua delimitação: a distância que corresponda a um tempo de chegada da onda de inundação igual a trinta minutos ou 10 km. ZSS - Zona de Segurança Secundária: região constante do Mapa de Inundação, não definida como ZAS. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20222904/do1-2017-05-19-portaria-n-70-389-de-17-de-maio-de-2017-20222835](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20222904/do1-2017-05-19-portaria-n-70-389-de-17-de-maio-de-2017-20222835). Acesso em Mar/2021.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23291&comp=&ano=2019>. Acesso em Mar/2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=48078&comp=&ano=2020>. Acesso em Mar/2021.

procedimentos para análise e aprovação do PAE e à Portaria IEPHA/MG nº 07/2021<sup>4</sup>, que estabelece normas e procedimentos acerca da apresentação, análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência - PAE<sup>5</sup>. Sua estruturação obedece os pré-requisitos firmados pela legislação em vigor<sup>6</sup> e subdivide-se em cadernos técnicos com o objetivo de otimizar os propósitos das ações emergenciais pelas instâncias fiscalizadoras.

Atenta-se pelo vínculo entre os cadernos técnicos que compõem o PAE, os quais são complementares e indissociáveis para a aplicabilidade efetiva das ações de emergência, na medida em que são produtos sequenciais e resultantes do contexto geral do gerenciamento de riscos. Dessa forma, o plano proposto apresenta o seguinte ordenamento.

- **Caderno I:** Identificação e Mapeamento do Patrimônio Cultural em Interface com a Mancha Hipotética de Inundação
- **Caderno II:** Diagnóstico do Patrimônio Cultural Estadual
- **Caderno III:** Plano de Ação Emergencial para o Patrimônio Cultural Estadual
- **Caderno IV:** Plano de Ação Emergencial para o Patrimônio Cultural Federal e Municipal
- **Caderno V:** Apêndices

O relatório apresentado neste documento refere-se aos estudos destinados ao **CADERNO II - DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL ESTADUAL**.

Cabe registrar, por fim, que estes cadernos técnicos foram elaborados durante a pandemia da COVID-19, a qual impôs como desafio o estabelecimento de diferentes critérios de trabalho — especialmente durante a mobilização social e nos levantamentos em campo — de modo a conciliar o menor prejuízo possível à condução técnica, visando a preservação da saúde dos envolvidos, sejam eles das comunidades/atores ou do corpo técnico. Ressalta-se que as estratégias adotadas foram norteadas pelas orientações de Saúde e Segurança da Vale S.A. e pelos decretos sanitários vigentes, de modo a garantir o distanciamento social e cumprimento de todos os protocolos.

<sup>4</sup> Disponível em: [http://iepha.mg.gov.br/images/servicos/PlanoAcaoEmergencial/IEPHA-portaria\\_07-2021\\_PAE.pdf](http://iepha.mg.gov.br/images/servicos/PlanoAcaoEmergencial/IEPHA-portaria_07-2021_PAE.pdf). Acesso em Abr/2021.

<sup>5</sup> Ainda que em alguma estrutura não seja detectado bens culturais protegidos sob tutela do Estado (IEPHA) nas manchas hipotéticas de inundação, todos os produtos se basearam na portaria deste órgão, pois não há normativa específica acerca do tema nas instâncias federal e municipal.

<sup>6</sup> Além das leis e normas que dispõem sobre os planos de ação emergencial de barragens, o documento possui consonância com os manifestos mundiais, sobretudo em atendimento ao Marco de Sendai vigente para os anos de 2015-2030 e em resposta à identidade e respeito pela produção cultural das comunidades envolvidas.

## 2. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E DOCUMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

As ações de mobilização para o patrimônio cultural foram planejadas e desenvolvidas baseando-se nos Artigos nº 2, 3 e 4 da Portaria IEPHA nº. 7/2021 e podem ser divididas em duas estruturas-tronco que servirão de base para a viabilização e atendimento aos itens de mapeamento dos bens culturais (municipal, estadual e federal) e diagnóstico de bens culturais materiais e imateriais no âmbito estadual. As ações ora estabelecidas possibilitarão a documentação dos bens protegidos, garantindo o envolvimento dos agentes, proprietários e detentores responsáveis pela manutenção e reprodução dos bens culturais nos territórios na interface com as manchas hipotéticas de inundação. Segue abaixo definição dessas estruturas-tronco, as quais foram organizadas da seguinte forma:

- **Mobilização para Identificação, Cadastro e Mapeamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais** - refere-se à ação de mobilização que prevê a realização de contato para viabilização da marcação de reuniões e visitas técnicas aos membros dos órgãos envolvidos na proteção do patrimônio cultural, proprietários, responsáveis e detentores para a realização de pesquisa, identificação e mapeamento de bens culturais protegidos dentro dos municípios interceptados pela mancha hipotética de inundação. Esta ação é necessária para o atendimento do Artigo 2º, inciso II, da Portaria IEPHA nº. 7/2021 cujo objetivo é a elaboração do mapeamento de bens culturais protegidos nas esferas municipal, estadual e federal. Trata-se de uma primeira e importante abordagem com os atores envolvidos na proteção dos bens, indispensável para as ações seguintes de mobilização, as quais são direcionadas ao diagnóstico específico dos bens culturais estaduais, caso seja detectada a sua interface com a mancha. Nestes casos, se identificados bens culturais materiais protegidos no âmbito estadual, a ação também atende ao Artigo 3º, inciso I, e está integralmente contemplada neste item.
- **Mobilização e Mediação para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** - refere-se à ação de mobilização denominada “Oficina de Caracterização da Materialidade Simbólica, Ritualística, Documental e Produtiva das Práticas Culturais Identificadas” que, em cumprimento ao Art. 4º, inciso I e respectivo Anexo III, traduz o planejamento, execução e documentação das práticas culturais identificadas no território em interface com a mancha hipotética de inundação. Não se aplica à Barragem Dique Paracatu.

Segue abaixo o roteiro da ação de Mobilização para Identificação, Cadastro e Mapeamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais, conforme **Anexo III** da Portaria IEPHA nº.7/2021.

## **2.1. MOBILIZAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS**

### **2.1.1. TÍTULO DA AÇÃO**

O título da ação é “Mobilização para Identificação, Cadastro e Mapeamento de Bens Culturais Materiais e Imateriais”.

### **2.1.2. TIPO DE AÇÃO**

A ação inclui reuniões para alinhamento de informações, obtenção de documentos e coleta de dados realizadas entre a equipe técnica multidisciplinar e o público-alvo. O agendamento é feito mediante contato telefônico e/ou e-mail com os proprietários/responsáveis/detentores, os setores de patrimônio cultural municipais e demais órgãos de proteção envolvidos.

### **2.1.3. MEDIADORES DA AÇÃO**

A equipe de mediadores para o desenvolvimento do trabalho será multidisciplinar e contará com profissionais atuantes na área do patrimônio cultural, preferencialmente das áreas de arquitetura, história, arqueologia, antropologia e conservação-restauração.

### **2.1.4. BENS PROTEGIDOS ASSOCIADOS À AÇÃO**

Os bens protegidos associados à ação de identificação e mapeamento referem-se aos bens materiais (imóveis, móveis e sítios arqueológicos) e imateriais (celebrações, formas de expressão, saberes e lugares) acautelados nos âmbitos municipal, estadual e federal, localizados em cada município no contexto da mancha hipotética de inundação. Para a finalidade de identificação e mapeamento, os bens protegidos vinculados à ela são aqueles listados pelos municípios dentro dos IPAC's e suas últimas atualizações, incluindo os bens inventariados, tombados e registrados, em todas as instâncias.

No nível estadual, a ação também deverá contemplar, caso aplicável, o cadastro técnico dos bens materiais. Deverão ser incluídos nesta ação as categorias de bens móveis e integrados protegidos pertencentes a bens tombados isoladamente, os bens tombados isoladamente e em conjunto e os possíveis bens de interesse de preservação localizados em núcleos e conjuntos, desde que acordados pelo IEPHA-MG.

Especificamente para os bens imateriais passíveis de diagnóstico no âmbito estadual, deverá ser feita a consulta à municipalidade sobre a existência, ocorrência e localização dos bens de forma ativa com os respectivos gestores. Os bens registrados pelo IEPHA, a saber Violas e Folias de Minas possuem cadastro específico, bem como mapeamento georreferenciado, cujas informações são de responsabilidade de quem realiza o cadastro. Caso haja indícios de imprecisão nos dados, estes deverão ser verificados em campo pela equipe técnica se houver possibilidade de interface com a mancha hipotética de inundação.

### **2.1.5. PÚBLICO ENVOLVIDO NA AÇÃO**

Proprietários, responsáveis e detentores de bens culturais protegidos, representantes do poder público municipal envolvidos em setores relacionadas à cultura e ao patrimônio cultural e representantes do IEPHA-MG e do IPHAN (quando aplicável).

### **2.1.6. OBJETIVO DA AÇÃO**

A ação tem como objetivo principal promover reuniões de articulação com a sociedade e instituições envolvidas para a coleta de informações necessárias ao conhecimento, obtenção de dados técnicos, identificação e mapeamento, bem como a execução do levantamento cadastral, nos municípios vinculados ao *dam break*, no que concerne aos bens culturais em interface com a mancha hipotética de inundação. As atividades para o desenvolvimento da ação buscam atender, dentre outros, os seguintes itens:

- Obtenção de documentos sobre os bens protegidos: inventários e dossiês de tombamento e registro;
- Mapeamento ou atualização da cartografia dos bens;
- Informações relevantes sobre os bens edificados, conjuntos urbanos e paisagísticos, bens arqueológicos, sítios naturais, bens móveis, bens integrados e arquivísticos, tais como: localização, usos, propriedade, nível e tutela de proteção, vínculo com outros bens protegidos, caracterizações, dentre outros;
- Identificação dos perímetros de tombamento e de entorno;
- Levantamento cadastral (quando aplicável);
- Informações relevantes sobre os bens imateriais: identificação de locais de ocorrência e modos de agenciamento do território; identificação de suportes e elementos materiais associados aos bens imateriais; e calendário das manifestações com a identificação de datas, períodos e ciclos temporais;
- Realização de registro fotográfico.

### **2.1.7. PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO**

A ação será prioritariamente executada durante a visita da equipe técnica no município, conforme planejamento pré-estabelecido em cronograma para realização do trabalho de campo, podendo ser realizada por períodos curtos e médios, a depender da extensão territorial a ser percorrida e quantidade de bens culturais a serem pesquisados. De uma forma geral, para os bens culturais materiais e imateriais cujo objetivo é apenas o mapeamento, a mobilização deverá ser curta e pontual. Aos bens culturais materiais objetos de diagnóstico estadual, a mobilização deverá ter média duração para que sejam obtidos dados técnicos pormenorizados.

A ação deve buscar sempre atender aos horários estabelecidos pelos membros das municipalidades e proprietários/detentores dos bens.



### **2.1.8. LOCAL(IS) DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO**

Em cada contato telefônico estabelecido para agendamento da atividade deverá ser definido um local para a realização da reunião que, em geral, poderá ser feita nas instalações das Secretarias Municipais de Cultura, ou em prédios públicos designados pelos próprios servidores para a participação na ação.

Em mobilizações pontuais, especialmente destinadas aos proprietários ou responsáveis pelos bens protegidos, e quando aplicável, a definição do local da reunião poderá ser feita dentro do próprio bem tombado ou dentro do local onde situam-se os acervos igualmente protegidos.

### **2.1.9. DESCRIÇÃO DA AÇÃO**

A ação implica no estabelecimento de contato com os agentes para a marcação e realização de reuniões presenciais e/ou por meios remotos relativas ao contexto de emergência da barragem. O contato inicial poderá ser feito com os gestores responsáveis pelas políticas locais de proteção do patrimônio cultural, e depois, serem buscados outros agentes da área, incluindo aqueles que atuam no setor de patrimônio cultural municipal e demais órgãos de proteção, e aqueles que possuem relação direta com os bens culturais (proprietários e detentores).

Através deste contato a ação deverá promover a projeção de uma rede de circulação dos documentos e informações acerca da elaboração do PAE. Essa circulação poderá ser feita através de cartas e comunicados destinados ao público-alvo e através de e-mails enviados aos gestores nos municípios e nos órgãos de proteção. Através da comunicação por correio eletrônico também deverão ser solicitadas informações e material técnico relativos aos bens culturais acautelados em todas as instâncias.

### **2.1.10. CONTEÚDO E ARGUMENTAÇÃO**

O conteúdo destinado às abordagens desta ação deverá definir como temática a importância da identificação e do cadastro de bens culturais que estão sob risco condicionado à emergência de barragens, e a utilização da cartografia como auxílio no processo de mitigação de vulnerabilidades às quais estão submetidos. Para que seja possível atribuir o conteúdo, a ação deverá compreender os conceitos de valoração cultural, memória, história e identidade, bem como argumentar-se com base na disponibilização de informações relativas às legislações pertinentes e cabíveis a estes bens. Dessa forma, o público-alvo deverá ter acesso a informação sobre a legislação que baliza o processo de produção dos Planos de Ação de Emergência, além de poder correlacionar com os conceitos básicos de preservação do patrimônio cultural. Observa-se que os marcos legais tendem a não ser divulgados, tampouco compreendidos ou internalizados pelos agentes, especialmente os municipais, e as lacunas de informações geram dificuldades no entendimento do contexto e das medidas cabíveis.

A argumentação parte do esclarecimento acerca dos conceitos e marcos legais necessários ao entendimento do processo de concepção do PAE, no âmbito da identificação, cadastro e mapeamento e deverá abranger, no mínimo:

- Enfatizar a relevância cultural do bem objeto do PAE;

- Enfatizar sobre a importância de se mapear, cadastrar e identificar as principais informações acerca dos bens em interface com a mancha hipotética de inundação;
- Informar sobre os dois marcos legais que dispõem sobre o PAE que serão atendidos com a mobilização, a saber: Decreto nº 48.140 de 25/02/2021 que regulamenta dispositivos da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e a Portaria nº 07/2021 do IEPHA-MG, que diz respeito às normas e procedimento acerca da apresentação análise e aprovação do Plano de Ação de Emergência, no que se refere aos bens culturais em interface com as hipotéticas manchas de inundação.

#### **2.1.11. ESTRATÉGIAS DE ABORDAGEM**

As estratégias de abordagem dos públicos-alvo desta ação envolvem:

- Mobilização das instituições via equipe de Relações Institucionais - RI Vale e Relações Comunitárias - RC Vale através de contato telefônico e/ou presencial, para realização de informe sobre o início das atividades e consulta de datas prováveis para a realização das ações;
- Envio de carta da Vale aos órgãos públicos contendo a apresentação da empresa que fará a mobilização, o projeto e suas finalidades;
- Início das tratativas da empresa responsável pela mobilização junto à instituição, através de contato telefônico e e-mails;
- Envio de texto informativo às prefeituras contendo a finalidade, a metodologia prevista para as atividades e as datas definidas para a realização das ações;
- Realização das reuniões (presenciais ou remotas) junto às instituições e agendamento de reuniões e/ou visitas técnicas específicas com proprietários e detentores;
- Realização de visitas técnicas;
- Elaboração das informações coletadas e produção do relatório descritivo.

Cabe informar que a abordagem com os proprietários, responsáveis e detentores dos bens culturais protegidos deverá ser cautelosa e sensível, considerando as perspectivas de um contexto de emergência e consequências/impactos a que estas pessoas poderão estar sujeitas.

#### **2.1.12. SUPORTES DE MEDIAÇÃO**

Os recursos e materiais de apoio que deverão ser utilizados para a ação de mobilização relacionada à identificação, cadastro e mapeamento são àqueles destinados basicamente à coleta de informações, à realização de entrevistas e/ou reuniões de articulação, conforme abaixo listados:

- Ferramentas e redes de comunicação à distância (telefone, mensagens, e-mails etc.);

- Espaço de suporte para realização da ação, a ser escolhido pelos ou com apoio do público-alvo;
- Veículo para transporte dos envolvidos na atividade;
- Material de apresentação do contexto das barragens e dos bens culturais (textos, powerpoints, dentre outros);
- Material para registro da ação e das evidências: material de escritório, equipamentos, listas de presença, termos de autorização de uso de voz, imagens e informações (quando aplicável).

### **2.1.13. REGISTRO, MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO**

Essa ação será registrada e avaliada, no que se refere aos seus impactos e resultados em relatório de ação conforme modelo disposto no Anexo III - Item 2 da Portaria IEPHA nº07/2021. O monitoramento dos resultados será feito através de avaliação de elementos relevantes para o cumprimento dos objetivos propostos, conforme descrito abaixo:

- Efetivação do contato com o gestor/membro do setor de patrimônio cultural da municipalidade e demais órgãos de proteção (quando aplicável);
- Efetivação do contato com o proprietário ou responsável pelo bem cultural material acautelado em âmbito estadual (quando aplicável);
- Marcação de agenda para incursão de campo a ser realizada pela equipe para identificação, mapeamento e cadastro dos bens culturais em interface com as manchas hipotéticas da barragem em questão;
- Obtenção das informações necessárias para o contato, identificação e mapeamento de bens imateriais protegidos no âmbito estadual (quando aplicável) ;
- Obtenção das informações necessárias para o cadastro de bens materiais protegidos no âmbito estadual (quando aplicável).

Como parâmetro para essa avaliação deverão ser atribuídas como evidências: a) oficialização através de e-mail de confirmação enviado aos gestores nos órgãos de proteção sobre início do trabalho de identificação, mapeamento e cadastro dos bens culturais; b) oficialização através de e-mail de confirmação enviado ao proprietário/responsável pelo bem cultural material protegido no âmbito estadual (quando aplicável); e c) carta enviada pela Vale para comunicar à municipalidade a produção do PAE.

É importante ressaltar que a própria apresentação do georreferenciamento dos bens culturais que consta no PAE poderá ser considerada como resultado positivo do processo de mobilização dos agentes, especialmente os gestores municipais, já que significará que fora efetivado o apoio do órgão local para a identificação e reconhecimento do conjunto de bens presentes no território, de suas características subjacentes, no que se refere à avaliação da interface com a mancha. Após reunião e reconhecimento do território com o gestor, deverá ser realizada pela equipe técnica a aferição das coordenadas de cada bem

acautelado, seja em nível municipal, estadual ou federal, com uso de GPS e alimentação direta no aplicativo Survey 123. Essa coleta de dados é de suma relevância, já que irá subsidiar a produção dos mapas, garantindo a exatidão da localização geográfica, aspecto prioritário em um Plano de Ação de Emergência.

#### **2.1.14. ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO**

A estratégia de comunicação deverá ser realizada através de contato prévio por intermédio das equipes de Relações Institucionais e Relações com Comunidades da Vale (quando for o caso). Este contato poderá ser feito por telefone com a municipalidade, proprietários/responsáveis e detentores com a finalidade de informar acerca da execução das ações de mobilização. Após essa primeira abordagem, a equipe técnica de mobilização fará o contato com estes mesmos atores, estreitando as relações e confirmando as tratativas para a realização da atividade. Esse contato também poderá ser feito pelo coordenador da mobilização da Estilo Nacional e posteriormente pela equipe de pesquisadores em campo. Além do contato telefônico, poderão ser usadas mensagens de texto e e-mails direcionados aos atores envolvidos para divulgar as ações de mobilização, caso necessário.

Cabe lembrar que todas as estratégias de comunicação têm como função também a obtenção de informações sobre os bens, a aferição da existência de políticas públicas de apoio, e principalmente os contatos dos detentores e proprietários vinculados aos bens culturais acautelados. No caso do contato com o gestor municipal, este passará a ser um parceiro, uma referência para a equipe técnica, na busca ativa dos bens, localização dos proprietários e detentores, bem como das orientações necessárias para o mapeamento dos territórios e avaliação de cenários de abordagem.

#### **2.1.15. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA**

A infraestrutura necessária para a viabilização dessa ação inclui suportes, equipamentos e logística a serem utilizados na pesquisa das incursões de campo:

- Celular para estabelecimento de contatos, seja telefônico ou por correio eletrônico junto aos membros das municipalidades, proprietários/responsáveis e detentores;
- Material para registro de dados de evidência da mobilização dos encontros com os gestores, proprietários/responsáveis e detentores: lista de presença, termos de autorização etc.
- Câmera fotográfica;
- Tablet ou celular com o aplicativo Survey123;
- Material para levantamento técnico-cadastral (quando aplicável);
- Bases cadastrais, tais como plantas, mapas e outros documentos existentes nos dados secundários (quando houver);
- Organização de veículos e hospedagem para a equipe para encontro presencial com o público-alvo nos municípios.

### **2.1.16. IDENTIFICAÇÃO DE PARCEIROS**

Os parceiros e articuladores locais que poderão fazer parte do processo para viabilizar a ação de mobilização são *steakholders*, institutos, associações, organizações não-governamentais e conselhos de patrimônio cultural que atuam nos municípios e que estejam envolvidos diretamente com os bens culturais acautelados.

## **2.2. MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Não se aplica à barragem Dique Paracatu.

### 3. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

#### 3.1. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL PARA IDENTIFICAÇÃO, CADASTRO E MAPEAMENTO DE BENS CULTURAIS MATERIAIS E IMATERIAIS

**TIPO DE RELATÓRIO:** ( ) PARCIAL (x) FINAL

**MUNICÍPIOS:** Catas Altas

**LOCAL DE REALIZAÇÃO DA AÇÃO:** Rua Monsenhor Barros, 26 - Centro, Catas Altas.

##### RESULTADO DA AÇÃO

Em virtude da atual pandemia de Covid-19, o processo de mobilização de agentes sociais com vistas à coleta de informações relacionadas aos bens materiais e imateriais em áreas de interface com a mancha de inundação da barragem teve de se adaptar aos protocolos de segurança vigentes. Foi realizado contato remoto com os membros das municipalidades alvo da ação, bem como foi realizada orientação inicial acerca das implicações e aspectos legais relativos ao contexto de emergência de barragens.

No que se refere aos objetivos propostos para a ação, pontua-se a obtenção dos dados suficientes para a conclusão da etapa de identificação e mapeamento dos bens culturais em interface com a mancha de inundação, entendida como de suma relevância para subsidiar a produção da cartografia e demais produtos necessários à elaboração do PAE. Portanto, pode-se considerar que, para fins da conclusão do processo de identificação, mapeamento e caracterização dos bens culturais protegidos, com vistas a subsidiar este Plano, a ação de mobilização realizada, mesmo com as dificuldades impostas pelo contexto de pandemia, cumpriu satisfatoriamente com seu objetivo.

**Informa-se que a ação realizada não identificou bens culturais materiais e imateriais estaduais em interface com a mancha hipotética de inundação do Dique Paracatu.**

##### MENSURAÇÃO DOS IMPACTOS DA AÇÃO

Levando-se em conta os indicadores previstos para avaliação desta ação, observa-se a efetivação integral dos parâmetros indicados para o monitoramento da ação, a saber:

1) Efetivação dos contatos remotos com os gestores/membros do setor de patrimônio cultural da municipalidade e demais órgãos de proteção => Foi realizado para Catas Altas, único município cujo território apresenta interface com mancha do Dique Paracatu.

2) Marcação de agenda para incursão de campo a ser realizada pela equipe para identificação e mapeamento dos bens culturais em interface com a mancha hipotética da barragem em questão => Foi realizado para Catas Altas, único município cujo território apresenta interface com mancha do Dique Paracatu.

3) Efetivação do contato com o proprietário ou responsável pelo bem cultural material acautelado em âmbito estadual => Não se aplica ao Dique Paracatu.

4) Efetivação da aferição das informações necessárias para o contato, identificação e mapeamento de bens imateriais protegidos no âmbito estadual => Não se aplica ao Dique Paracatu.

5) Obtenção das informações necessárias para o cadastro de bens materiais protegidos no âmbito estadual => Não se aplica ao Dique Paracatu.

### **AVALIAÇÃO CRÍTICA DO PROCESSO**

Como ação conjunta à mobilização dos órgãos municipais para a identificação e mapeamento, a Vale S.A. participou de reunião remota com a equipe do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG e enviou carta informativa endereçada à presidência da instituição, apresentando os municípios constantes do plano de trabalho para identificação e mapeamento de bens culturais e solicitando a seguinte documentação: (1) perímetros de tombamento e entorno dos bens acautelados pelo IEPHA em cada um dos municípios; (2) dados dos detentores e comunidades relacionados aos bens culturais estaduais em cada um dos municípios listados e (3) dossiês e fichas de cadastro relacionados aos bens culturais estaduais localizados em cada um dos municípios listados. O órgão também se manifestou em reunião por uma possível contribuição junto ao processo de mobilização das prefeituras, dada a facilidade, entrada e aceitação do mesmo junto às municipalidades, principalmente em função do Programa ICMS Cultural. Pontua-se, no entanto, que a Vale não obteve retorno desta demanda.

Já o processo de mobilização no município alvo do estudo foi através de envio, via correio eletrônico, de texto informativo sobre o projeto e ação a ser desenvolvida. O município de Catas Altas se disponibilizou a ceder o material solicitado, mas não enviou a documentação no tempo acordado com os pesquisadores em campo.

Com relação aos resultados alcançados por esta ação de mobilização, cumpre enfatizar que a dificuldade de contato direto com detentores e/ou proprietários, em virtude da pandemia, demandou maior preparação pré-campo. Isso incluiu o aprofundamento no levantamento de dados secundários e a realização de um trabalho de busca ativa dos contatos para realização das comunicações necessárias à efetivação da mobilização. Mesmo com esses desafios, foi possível uma abordagem inicial com os gestores municipais, a consequente marcação de reunião presencial com a equipe, a realização de campo e o trabalho de orientação prévia de caráter informativo acerca da legislação aplicável ao PAE.

### **RELATÓRIO FOTOGRÁFICO**

As reuniões com os gestores municipais para a etapa de identificação e mapeamento foram alvo de registro documental, conforme fotografias abaixo:



Foto 1 – Pesquisador Bernardo Andrade com Sílvia Braga e Rogério Tameirão, na Casa de Cultura. Local: Catas Altas/MG. Foto: Ramon ramos. Data: nov/2021.



Foto 2 – Pesquisador Ramon Ramos em reunião com Sílvia Braga, na Casa de Cultura. Local: Catas Altas/MG. Foto: Bernardo Andrade. Data: out/2021.

## **RELATÓRIO DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO**

Durante o contexto pandêmico, optou-se pela realização, para os fins da etapa de Identificação, mapeamento e cadastro de bens culturais, de uma comunicação para mobilização pontual. Por ocasião dos contatos iniciais remotos foi também agendada data de encontro presencial com os pesquisadores, informações confirmadas posteriormente por correspondência eletrônica.

Após tal contato, foi realizado para o trabalho de campo de identificação e mapeamento, um encontro entre os pesquisadores e os gestores locais. Foram recolhidos, em meios físicos e digitais, documentos considerados relevantes para a caracterização dos bens culturais e de seu contexto de inserção no município tais como: Dossiês de Registro e Tombamento, Fichas de Inventário, Planos de Inventários e outros documentos considerados essenciais ao trabalho de elaboração do PAE. Contudo, nem todos os exercícios do ICMS Patrimônio Cultural estavam disponíveis para consulta e os gestores se comprometeram a enviar parte da documentação do ICMS que havia ficado pendente. As reuniões se mostraram produtivas para a elucidação de dúvidas dos gestores relacionadas à execução do projeto, demonstrando que o meio de comunicação utilizado atingiu sua meta.

A comunicação com a municipalidade por meio eletrônico, via reuniões remotas e telefonemas, se mostrou fundamental para a orientação da equipe em campo, tendo em vista que o material obtido durante o levantamento de dados secundários se mostrou lacunar no que diz respeito à identificação de endereços, áreas de ocorrência dos bens culturais, informações sobre perímetros de proteção e locais de residência de detentores. Em Catas Altas, como o material não se encontrava inteiramente à disposição no primeiro encontro com os pesquisadores, foi necessário reforçar a comunicação com a municipalidade através de contatos ulteriores. Parte da documentação solicitada, até o presente momento, ainda não foi enviada, como fichas de cadastro dos violeiros e algumas fichas de bens inventariados que a prefeitura não localizou em seus arquivos. Sobre os violeiros, foi informado que os mesmos residem no Distrito Sede e não possuem, portanto, contato com a mancha hipotética de inundação de Dique Paracatu.



**APÊNDICE - DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**

Além do registro fotográfico, as principais evidências da mobilização realizada encontram-se devidamente documentadas no Apêndice 01, ao final deste documento.

**DADOS DO(S) RESPONSÁVEL(IS) PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

<b>FICHA TÉCNICA</b>	
DATA DO RELATÓRIO:	DEZEMBRO/2021
PROFISSIONAL:	BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO - ARQUITETA E URBANISTA

**3.2. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E MEDIAÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

Não se aplica ao Dique Paracatu.

#### 4. DIAGNÓSTICO DE BENS CULTURAIS ESTADUAIS

No caso do **Dique Paracatu**, de acordo com a metodologia utilizada no processo de identificação e mapeamento, foi detectado que **não há bens culturais materiais e imateriais protegidos no âmbito estadual em interface com a mancha hipotética de inundação**. Portanto, não se aplica a realização do **Diagnóstico de Bens Culturais Estaduais**.

## 5. FICHA TÉCNICA

### CONTRATANTE



VALE S.A. - CNPJ 33.592.510/0001-54

DIRETORIA ESPECIAL DE REPARAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

GESTOR DO CONTRATO: WARLEY DELGADO

E-MAIL: WARLEY.DELGADO@VALE.COM

### CONTRATADA



ESTILO NACIONAL LTDA - CNPJ 06.992.587/0001-49

AVENIDA AFONSO PENA, 3111/ 503, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG

TELEFONE: 31 2127-2211

E-MAIL: CONTATO@ESTILONACIONAL.COM

### DIREÇÃO

EDUARDO FELIPE ANDRADE ALVIM	ARQUITETO E URBANISTA / CAU Nº A38989-7 - SÓCIO-DIRETOR E RESPONSÁVEL TÉCNICO
MARÍLIS MENDES P. DA COSTA LIMA	ARQUITETA E URBANISTA / CAU Nº A39320-7 - SÓCIA-DIRETORA E RESPONSÁVEL TÉCNICA

### EQUIPE

ALZIMAR CARDOSO DA SILVA	ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
BÁRBARA HELENA ALMEIDA CARMO	ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)
BERNARDO ALVES DE BRITO ANDRADE	HISTORIADOR
CAROLINA PALHANO	ARQUITETA E URBANISTA
CAROLINE CÉSARI DE OLIVEIRA	ANTROPÓLOGA E HISTORIADORA (COORDENADORA IMATERIAL)
DENISE CAPOANI	HISTORIADORA
EDILSON BORGES DE BARROS FILHO	ARQUITETO E URBANISTA (COORDENADOR MATERIAL)
ERIC OLIVEIRA PEREIRA	GEÓGRAFO
ISABELA CRISTINA DE ASSIS BERG	ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)
ISABELLA CORRÊA DIAS AMARANTE	ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)

LUCAS ANDRADE COSENDEY	ARQUITETO E URBANISTA
LUIZ FERNANDO MARTINS	ARQUITETO E URBANISTA
LUIZA GONTIJO ÁLVARES DE C. ABREU	GEÓGRAFA
KLEUMANERY DE MELO BARBOZA	CONSERVADORA-RESTAURADORA (COORDENADORA ELEMENTOS ARTÍSTICOS)
MAÍRA CARDOSO ONOFRI MAGALHÃES	ARQUITETA E URBANISTA
MARCO AURÉLIO DRUMOND	HISTORIADOR
MARCO TÚLIO BONES SOARES	ARQUITETO E URBANISTA
MAURÍCIO MACHADO SIQUEIRA FILHO	ANTROPÓLOGO
PABLO ARIEL ESCUDERO	ARQUITETO E URBANISTA
PAULO MARCUS OLIVEIRA FONSECA	GEÓGRAFO
RAFAEL CUNHA DE MENDONÇA	GEÓGRAFO
RAFAEL LIBERAL FERREIRA	GEÓGRAFO
RAFAELA FONSECA DE OLIVEIRA	ARQUEÓLOGA
RAMON RAMOS PIMENTA	ARQUITETO E URBANISTA
RHULIO RODD NEVES DE AGUIAR	HISTORIADOR
SORAIA APARECIDA MARTINS FARIAS	ARQUITETA E URBANISTA (COORDENADORA MATERIAL)
STEFANY HELENA DA SILVA	GEÓGRAFA

  
**EDUARDO FELIPE ANDRADE ALVIM**  
 Sócio-Diretor – Estilo Nacional  
 Arquiteto e Urbanista  
 CAU A38989-7

  
**MARIUS MENDES P. DA COSTA LIMA**  
 Sócia-Diretora – Estilo Nacional  
 Arquiteta e Urbanista  
 CAU A39320-7

# **APÊNDICE 01**

## **DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DA MOBILIZAÇÃO**

## Identificação e Mapeamento de bens Culturais

Caroline Césari <caroline.cesari@estilonacional.com>

Ter, 19/10/2021 10:41

Para: cultura@catasaltas.mg.gov.br <cultura@catasaltas.mg.gov.br>

Bom dia Silvia,

Neste mês de Outubro/2021, a nossa equipe de profissionais irá ao município de Catas Altas para a Realização do **Mapeamento e Identificação de Bens Culturais** no âmbito do projeto “Ações de Proteção do Patrimônio Cultural”. da Vale S.A.

As ações são empreendidas pela Estilo Nacional – Arquitetura, Cultura e Preservação, consultoria de Belo Horizonte, contratada pela Vale S.A. para o desenvolvimento desta iniciativa.

O trabalho visa atender à Lei 23.291/2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e estabelece a obrigatoriedade de produção do Plano de Ação de Emergência – PAE, e também à Lei nº 12.608/2012, que regulamenta o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Nesse sentido, contamos com seu apoio para reforçar o fornecimento (se possível) do último exercício do ICMS Cultural do município, com IPAC atualizado. Também solicitamos informações dos contatos dos membros dos Grupos de Folias de Reis e Violeiros cadastrados pelo município, junto ao site do IEPHA-MG.

Desde já agradecemos a colaboração, e nos colocamos à disposição,

Favor confirmar recebimento deste.

Att,

Caroline Césari - Coordenadora (31) 98259-8671

**Caroline Césari | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação**

Antropóloga

caroline.cesari@estilonacional.com

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.

## ENC: Identificação e Mapeamento de bens Culturais

Caroline Césari <caroline.cesari@estilonacional.com>

Ter, 19/10/2021 14:13

Para: Bárbara Carmo <barbara.carmo@estilonacional.com>

---

**De:** Sílvia da Cunha Braga <cultura@catasaltas.mg.gov.br>

**Enviado:** terça-feira, 19 de outubro de 2021 13:31

**Para:** Caroline Césari <caroline.cesari@estilonacional.com>

**Assunto:** Re: Identificação e Mapeamento de bens Culturais

Prezada Caroline,  
Encaminharei o IPAC do último exercício do meu e-mail pessoal. Devido ao tamanho do arquivo pelo google drive.  
Não temos Folia de Reis no município e vou checar quem são os violeiros cadastrados pelo IEPHA, relacionado as Violas.

---

Atenciosamente,

**Sílvia da Cunha Braga**

Chefe do Departamento de Cultura

**Prefeitura Municipal de Catas Altas**

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura



Prefeitura  
Municipal de  
Catas Altas

Rua Monsenhor Barros, 26  
Centro, Catas Altas - MG  
35969-000

(31) 3832-7290

Em 19/10/2021 10:41, Caroline Césari escreveu:

Bom dia Sílvia,

Neste mês de Outubro/2021, a nossa equipe de profissionais irá ao município de Catas Altas para a Realização do **Mapeamento e Identificação de Bens Culturais** no âmbito do projeto "Ações de Proteção do Patrimônio Cultural". da Vale S.A.

As ações são empreendidas pela Estilo Nacional – Arquitetura, Cultura e Preservação, consultoria de Belo Horizonte, contratada pela Vale S.A. para o desenvolvimento desta iniciativa.

O trabalho visa atender à Lei 23.291/2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens e estabelece a obrigatoriedade de produção do Plano de Ação de Emergência – PAE, e também à Lei nº 12.608/2012, que regulamenta o Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil.

Nesse sentido, contamos com seu apoio para reforçar o fornecimento (se possível) do último exercício do ICMS Cultural do município, com IPAC atualizado. Também solicitamos informações dos contatos dos membros dos Grupos de Folias de Reis e Violeiros cadastrados pelo município, junto ao site do IEPHA-MG.

Desde já agradecemos a colaboração, e nos colocamos à disposição,

Favor confirmar recebimento deste.

Att,

Caroline Césari - Coordenadora



**Caroline César | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação**

Antropóloga

caroline.cesari@estilonacional.com

31 982-598-671

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.

**Caroline César | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação**

Antropóloga

caroline.cesari@estilonacional.com



**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.



## Identificação e mapeamento do Patrimônio Cultural - Catas Altas

Bárbara Carmo <barbara.carmo@estilonacional.com>

Sex, 12/11/2021 15:27

Para: patrimonio@catasaltas.mg.gov.br <patrimonio@catasaltas.mg.gov.br>

Prezados, boa tarde!

Como vai?

Os pesquisadores Bernardo Andrade e Ramon Ramos estiveram em Catas Altas para consultar o material do ICMS, mais especificamente os Quadros 2 e 3. Contudo algumas informações sobre bens inventariados ficaram pendentes de serem enviadas, bem como as fichas de cadastro dos violeiros do município.

Solicito a gentileza de enviar-nos o quanto antes para que possamos dar prosseguimento ao levantamento das informações completas acerca desses bens para elaboração dos Planos de Ação de Emergência.

Desde já agradeço a atenção,

Bárbara Carmo

Coordenadora de Bens Materiais - Estilo Nacional

**ENC: Informações Catas Altas**

Caroline César &lt;caroline.cesari@estilonacional.com&gt;

Ter, 16/11/2021 12:12

Para: Bárbara Carmo &lt;barbara.carmo@estilonacional.com&gt;

---

**De:** Edilson Borges <edilson.borges@estilonacional.com>**Enviado:** segunda-feira, 24 de maio de 2021 11:09**Para:** Denise Capoani <denise.capoani@estilonacional.com>; Caroline César <caroline.cesari@estilonacional.com>**Assunto:** ENC: Informações Catas Altas

---

**De:** Sílvia Braga <silvia.pmca@gmail.com>**Enviada em:** segunda-feira, 24 de maio de 2021 11:00**Para:** Edilson Borges <edilson.borges@estilonacional.com>**Assunto:** Informações Catas Altas

Bom dia,

Segue documentos sobre o ICMS - Patrimônio Cultural - 2019 / Exercício 2021.

[QIIA Catas Altas IPAC Ex.2021 \(2\).pdf](#)[QIIIA Catas Altas Laudos Ex2021 \(1\).pdf](#)[QIIIB Relatório de Registro Imaterial Vinho de ...](#)[QIIIC - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL - CATAS ALTAS.pdf](#)[QIIID - DIFUSÃO PATRIMÔNIO - CATAS ALTAS.pdf](#)

--

Sílvia Braga

E-mail: [silvia.pmca@gmail.com](mailto:silvia.pmca@gmail.com)**Edilson Borges | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação**

Arquiteto e Urbanista

[edilson.borges@estilonacional.com](mailto:edilson.borges@estilonacional.com)

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.

**Caroline César | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação**

Antropóloga

[caroline.cesari@estilonacional.com](mailto:caroline.cesari@estilonacional.com)

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.

## Identificação e Mapeamento de Bens Culturais - Agendamento visita Catas Altas

Bárbara Carmo <barbara.carmo@estilonacional.com>

Qua, 20/10/2021 14:47

Para: cultura@catasaltas.mg.gov.br <cultura@catasaltas.mg.gov.br>

Cc: silvia.pmca@gmail.com <silvia.pmca@gmail.com>; Caroline Césari <caroline.cesari@estilonacional.com>

Boa tarde, Silvia!

Como conversado por telefone, envio e-mail para formalizar agenda no dia 26 de outubro de 2021, às 13 horas, na secretaria de cultura. Peço a gentileza de confirmar o endereço do local. Os pesquisadores Ramon Ramos e Bernardo Andrade comparecerão para sanar dúvidas que surgiram no levantamento de dados secundários e fazer complementação de informações essenciais para a elaboração do Plano de Ação de Emergência, no âmbito do programa “Ações de Proteção do Patrimônio Cultural” da Vale S.A. Para isso, precisarão de acesso ao último IPAC do município, das fichas de violeiros e grupos de Folias de Reis cadastrados pelo IEPHA e, se possível, de acesso a uma pessoa que conheça bem o município e saiba informar sobre endereços e localização de bens não informados nas fichas de inventário.

Desde já agradeço a disponibilidade em colaborar.

Atenciosamente,

## Fwd: Fwd: Identificação e Mapeamento dos bens culturais - Catas Altas (solicitação complementar)

Bernardo Andrade <bernardo.andrade@estilonacional.com>

Seg, 29/11/2021 14:14

Para: Bárbara Carmo <barbara.carmo@estilonacional.com>; Caroline Césari <caroline.cesari@estilonacional.com>

Obter o [Outlook para Android](#)

---

**From:** Rogério Tameirão . Arquiteto . Departamento de Cultura <arquitetura2@catasaltas.mg.gov.br>

**Sent:** Monday, November 29, 2021 9:26:00 AM

**To:** Ramon Lemgruber <ramon.lemgruber@estilonacional.com>; Bernardo Andrade <bernardo.andrade@estilonacional.com>

**Cc:** Silvia Braga <cultura@catasaltas.mg.gov.br>

**Subject:** Re: Fwd: Identificação e Mapeamento dos bens culturais - Catas Altas (solicitação complementar)

**Bernardo Andrade,**  
**Ramon Lemgruber,**  
Bom dia!

Em atenção aos questionamentos apresentados em nosso encontro na semana passada, sobre a localização dos bens culturais listados no e-mail enviado por Barbara Carmo, e após a apresentação dos mapas e "manchas hipotéticas de inundação", informo que, com exceção da "Estrada Real" todos os bens listados estão distantes da mancha hipotética de inundação do dique Paracatu.

Fico a disposição.

Atenciosamente,

**Rogério Luiz de Queiroz Tameirão**  
Arquiteto e Urbanista . CAU A34111-8



**Prefeitura Municipal de Catas Altas**  
Cidade Histórica e Ecológica  
Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
Departamento de Cultura

Rua Monsenhor Barros, nº 26  
Centro, Catas Altas - MG  
35969-000



---

Em 24/11/2021 15:57, Sílvia da Cunha Braga escreveu:

Rogério,

Segue para conhecimento.

---

Atenciosamente,

**Sílvia da Cunha Braga**

Chefe do Departamento de Cultura

**Prefeitura Municipal de Catas Altas**

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura



Prefeitura  
Municipal de  
Catas Altas

Rua Monsenhor Barros, 26  
Centro, Catas Altas - MG  
35969-000



----- Mensagem original -----

**Assunto::**Identificação e Mapeamento dos bens culturais - Catas Altas (solicitação complementar)

**Data:**23/11/2021 14:44

**De:**Bárbara Carmo <barbara.carmo@estilonacional.com>

**Para::**"cultura@catasaltas.mg.gov.br" <cultura@catasaltas.mg.gov.br>

**Cc::**Ramon Lemgruber <ramon.lemgruber@estilonacional.com>, Bernardo Andrade <bernardo.andrade@estilonacional.com>

Prezada Silvia, boa tarde.

Tudo bem?

Conforme combinado por telefone, seguem os bens que ainda estão pendentes de informações. O ideal é localizar essas fichas de inventários deles para que os pesquisadores possam fotografar ou ter acesso à cópia digital dos mesmos.

Rapadura - Povoado de Mato Grosso

Sopa de Banana Verde

Umbigo de Banana com Torresmo

Requeijão Caseiro

Frango Caipira Ensopado

Caminhão - marco da decadência da mineração

Arte de cozer do Senhor Didico - Sede

Bordado Ponto Cruz - Sede

Para estes bens a seguir, precisaríamos que alguém pudesse acompanhar os pesquisadores aos locais para verificar a possibilidade de interface com a mancha hipotética de inundação:

Capela do Sagrado Coração de Jesus. Estrada Vicinal do Povoado do Mato Grosso

Fazenda Irmãos Ferreira

Fazenda Paciência

Fazenda do Canga

Capela de São José / Capela Valéria

Acervo da Capela de São José.

Igreja São Judas Tadeu

Carro de boi

Moinho de Pedra

Imagem Oficial de Catas Altas

Estrada Real

Precisamos também dos cadastros dos violeiros Ronaldo Bento Martins, Fábio Leandro de Oliveira e outros que porventura tenham sido cadastrados recentemente.  
Por fim, o inventário e dossiê de tombamento municipal do Acervo Arquitetônico e Paisagístico do Santuário do Caraça RPPN do Caraça.

Atenciosamente,

**Bárbara Carmo** | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação

Arquiteta e Urbanista

barbara.carmo@estilonacional.com

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.

**Bernardo Andrade** | Estilo Nacional - Arquitetura, Cultura e Preservação

Historiador

bernardo.andrade@estilonacional.com

**AVISO LEGAL** As informações existentes nesta mensagem e nos arquivos anexados são de uso restrito. Sua utilização, divulgação, cópia ou distribuição por qualquer pessoa diferente do destinatário são proibidas. Caso tenha sido recebida por engano, favor excluí-la e informar ao remetente pelo endereço eletrônico acima.